

PADRÕES CULTURAIS E RESISTÊNCIA A MUDANÇAS: OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA E AO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

*Autor: Amilcar Baiardi**

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de analisar a origem de padrões culturais de comportamento dentro de uma estrutura geral de determinação histórica. Uma importância fundamental é dada às duas vias de colonização verificadas no Brasil, ambas portadoras de tipos humanos, valores e culturas que correspondiam a estágios diferentes de evolução econômica, política e social das regiões de proveniência dos imigrantes. O papel da escravidão na configuração do padrão cultural mais atrasado foi considerado relevante.

Palavras-Chave

Padrão Cultural de Comportamento. Colônia de Exploração. Colônia de Povoamento. Formação Histórica.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio é fruto de reflexões surgidas durante um seminário sobre formação histórico-econômica do Brasil, realizado com estudantes dinamarqueses de língua portuguesa na *Aarhus Universitet, Universidade de Aarhus*. A opção pelo português falado no Brasil, caso do grupo com o qual se

* Professor e pesquisador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração-EAUFBA

trabalhou, é, geralmente, associada a uma grande curiosidade em conhecer aspectos da realidade brasileira, sobretudo no que concerne à diversidade cultural e regional. Na finalização do seminário estabeleceu-se um certo consenso entre os participantes, inclusive o expositor, quanto à dificuldade de explicar e entender o desequilíbrio regional e a desigualdade social no Brasil de hoje, a partir de uma base reduzida aos elementos histórico-econômicos, quais sejam: 1) fundação da nação no quadro de uma economia primário-exportadora; 2) constituição do mercado de trabalho livre somente no fim do século passado; 3) excessivo peso do setor exportador no conjunto da economia nas primeiras décadas deste século; 4) industrialização como um processo tardio e concentrado especialmente e, por fim, 5) a opção, a partir da segunda metade do século, por um modelo de crescimento voltado à expansão da grande indústria, à concentração de capitais e modernização capitalista da agricultura, descurando-se, em paralelo, de uma política de rendas, reforma agrária e outras medidas destinadas a gerar ocupação e conter a exclusão social.

Assim, passou-se a se admitir como possível que a persistência dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais - traços da sociedade brasileira que deveriam pertencer ao passado ou ser, a esta altura, menos dramáticos - pudesse ser determinada por fatores influenciados fortemente pelo legado colonial, mas não diretamente dependentes da forma como se organizou a economia brasileira nos séculos precedentes e neste. De outro modo, sugere-se que haveria causas que ajudariam a explicar a continuidade do desnivelamento entre as regiões e no conjunto da população - em termos de

repartição da renda, progresso material, bem estar e oportunidades - que se situariam no nível da ideologia e que sobreviveram à infra-estrutura econômico-social que as gerou, deslocando-se desta e adquirindo formas de existência e temporalidade próprias.

Entre essas causas estaria a prolongada influência, em termos de visões de mundo e de valores, exercida pela mentalidade com raízes no pensamento aristocrático, senhorial e mercantil, de extração colonial e escravocrata, sobre o conjunto dos grupos sociais, compreendendo os agentes econômicos. Essa influência, na medida em que a independência de Portugal foi um mero processo de emancipação política que preservou as estruturas sociais existentes, manteve-se praticamente intacta, hegemônica mesmo, na etapa de Estado nacional. O fato do liberalismo no Brasil, como em outros países latino-americanos, ter sido essencialmente retórico, formal e inorgânico, aliado à fragilidade da burguesia nacional e à inexistência de uma classe de pequenos produtores rurais dinâmicos, capazes de assumir a doutrina liberal, deixou terreno livre para que a ideologia senhorial-patriarcal sobrevivesse até o presente século. Assumindo novas formas mais recentemente, sobretudo após a Revolução de 1930, esse tipo de mentalidade reteve sua essência que se expressaria por uma conduta de subordinação de grupos políticos e empresariais ao sistema de poder, bem como por uma difusão em meio a grande parte da população, de valores próprios de uma sociedade pré-moderna, política e socialmente, entre eles a crença de que é impossível realizar mudanças indispensáveis como eliminar os privilégios e a corrupção, corrigir desequilíbrios sociais, praticar relações com o Estado diversas do clientelismo,

do fisiologismo e do aparelhismo, enfim, reorganizar a sociedade com base na livre competição e em amplas oportunidades.

Somente com o início da imigração européia não portuguesa e, mais recentemente, com a internacionalização da economia, difundem-se, intensamente, concepções de vida modernas e capazes de dissolver os valores da ideologia aristocrático-senhorial. Contudo, a extremamente rica e variada contribuição cultural de grupos populacionais provenientes de outros países da Europa, que não a metrópole colonial, portadores de outras condutas, de outros valores e de outras visões de mundo, se faz sentir mais claramente a partir da segunda metade do século passado, com uma expressão regionalizada, sobretudo nos estados do sul. A limitada presença, no tempo e no espaço, de valores transmitidos por esses grupos de imigrantes, ao lado da persistência daqueles outros com gênese no pensamento senhorial e escravocrata, estaria a impedir que a sociedade brasileira, em seu conjunto, evoluísse para um estágio de modernidade que fosse além da existência formal de direitos individuais, da democracia parlamentar, da produção voltada para o mercado, da urbanização e da secularização. A difusão incompleta de uma cultura liberal-burguesa e as especificidades da transformação capitalista restringida determinariam, portanto, um bloqueamento para a passagem a um outro estágio que permitisse à sociedade brasileira exibir traços como menor disparidade e maior integração, solidariedade, oportunidades de ascensão, propensão para negociação política, tolerância e civilidade.

O impedimento ou bloqueio da evolução seria fruto, portanto, não só da dualidade de visões de mundo presentes na sociedade, mas também da incapacidade daquela considerada progressista tornar-se hegemônica. Explicaria, de um lado, a resistência às mudanças exibida por parcelas da população que, objetivamente, não recolheriam delas benefícios e, de outro, a dificuldade com que se decodificam entre as camadas objetivamente interessadas nas transformações, as possibilidades de evolução, fundamentadas na ampliação da cidadania e possibilidades de competição.

Um conjunto de evidências, observações, *feelings*, opiniões de colegas e comparações com outras sociedades sugeriam como hipótese de trabalho, sujeita à confirmação mediante pesquisa propriamente, que fosse o **bloqueamento cultural**, com um estatuto de centralidade, a causa relevante das vicissitudes enfrentadas pela sociedade brasileira em seu processo evolucionista deste final de século. Esse óbice poderia ser mais propriamente definido como a resistência que tornaria incompleta a ruptura com o passado, impondo a convivência de dois **padrões culturais** básicos ou de duas condutas típicas em relação às mudanças necessárias para que a sociedade brasileira transitasse do estágio de modernidade insuficiente ou limitada ao estágio de moderna sem adjetivações, desenvolvida e civilizada. De outro modo, poder-se-ia ainda conceituá-lo como a dificuldade, ou impossibilidade temporária, de transferir para amplos segmentos sociais uma cultura progressista e radicalmente democrática, identificada com *ethos* da racionalidade ocidental e com o genuíno espírito capitalista.

1. A ORIGEM DOS PADRÕES CULTURAIS DE COMPORTAMENTO

Os grupos populacionais que iniciaram o povoamento do Brasil pós-descobrimto não foram influenciados pelas concepções de mundo próprias das sociedades componesas que participaram de movimentos religiosos revolucionários e de processo de unificação ocorridos na Europa Ocidental do Século XVII ao Século XIX e nem por aquelas radicadas nos ideais liberalistas burgueses. Esses grupos provinham de três continentes, sem uma prévia história de contatos e, no caso das populações indígena e africana negra, suas tradições e valores tinham raízes tribais, típicas da “sociedade natural”. No caso da população de Portugal, de extração aristocrático-feudal ou burguesa, ligada a atividades mercantis e agrário-exportadoras ou à burocracia colonial, as tradições e valores cultivados eram fidalgos, típicos de uma etapa que antecedia a plena constituição da sociedade civil e da monarquia parlamentar.

A imigração européia, portadora de concepções mais avançadas e que corresponderiam à etapa da sociedade civil e do Estado moderno, ou forma de governo monarquia parlamentar, só se dirige para o Brasil bem depois, quando o Estado nacional já era uma realidade. Antes do início dessa imigração, a influência cultural predominante no país, mesmo depois da emancipação de Portugal, refletia o estágio de desenvolvimento da Península Ibérica - aí compreendendo economia, sociedade, artes, ciências, idéias políticas, organização do Estado, etc. - que não era o mesmo da Inglaterra, da França e nem das cidades-estado italianas.

A difusão incompleta destas concepções avançadas - restringida espacialmente e pouco recuada temporalmente - ao lado da traumática duração da escravidão e de uma tardia industrialização decorrente da lenta constituição do mercado interno, contribuiu para que persistissem na sociedade brasileira até fins deste século, traços característicos de um mundo pré-moderno. Entre estes, destacar-se-iam alguns com grande capacidade de potenciar a continuidade e o imobilismo social e garantir privilégios a certas classes, frações de classe e categorias: o autoritarismo, o clientelismo, o fisiologismo, o paternalismo, o corporativismo, etc. Esses fatores, atuando junto e isoladamente, têm impedido a formação de um verdadeiro tecido social que funcione como atenuador da exclusão e quer sirva, também, para ampliar as manifestações de solidariedade, além de ser um meio propagador de atitudes progressistas e racionais.

A denominada “civilização moderna nos trópicos” - descrição dada à sociedade colonial brasileira por Gilberto Freyre (1965) em “Casa Grande e Senzala” - está, portanto, na raiz do retardamento da formação de uma sociedade moderna, sendo um exemplo conspícuo de **colônia de exploração**, na qual as população procedentes da metrópole não rompiam com o eurocentrismo, não tinham o objetivo - salvo raras exceções - de construir uma outra pátria e, o pior de tudo, introduziram a escravidão. O poder colonial de Portugal, por outro lado, era exercido de forma absolutista, controlando todo o complexo da vida econômica, religiosa, política e administrativa, inibindo ou impedindo, em certos casos, que a colônia surgissem manifestações de vida coletiva que não fossem de

interesse da Coroa, tanto no plano intelectual, como no das atividades econômicas.

A impulsionar a sociedade brasileira em uma outra direção, estaria a “civilização subtropical” ou “meridional”, não a sugerida nos trabalhos de Oliveira Viana, mas sim aquela formada pelo imigrante descrito por Florestan Fernandes (1981) que, “mesmo vulnerável ao clima material e moral da economia escravista senhorial” (sic), desempenhou papéis essenciais para a constituição de uma economia capitalista. Essa civilização, principalmente depois da formação de um mercado de trabalho, aproximar-se-ia de um modelo de ocupação do território totalmente diverso da colônia de exploração, implantando-se cerca de três séculos depois. A “civilização meridional” aproximar-se-ia da **colônia de povoamento**, na qual existe uma grande aspiração por parte do colono em fixar-se na nova terra, transformando-a em sua pátria. Sua verificação histórica ter-se-ia dado em alguns domínios do império britânico, situados em altitudes mais elevadas e com grande disponibilidade de terras e outros recursos naturais que atraíram, predominantemente, populações camponesas da Europa com grande vocação pioneira e concepções de mundo influenciadas pelas revoluções que abriram caminho para a formação dos estados nacionais modernos. Os exemplos, por excelência, de colônias de povoamento são os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

A imigração européia não portuguesa, oficializada pelo governo do Segundo Império e estimulada pela República, intensifica-se somente no final do século XIX, diante do esgotamento do sistema escravista e como alternativa de suprimento de mão-de-obra. Nem

toda ela seria enquadrada na categoria de **colônia de povoamento**. As primeiras levas de imigrantes integraram-se ao complexo cafeeiro que moldava a economia primário-exportadora, tendo, em consequência, um impacto pequeno - salvo, obviamente, a contribuição na regulamentação das várias formas de trabalho livre - em termos de mudanças nas concepções da sociedade brasileira de então. Contribuição significativa para uma formação histórica mais rica em termos culturais e diversa da sociedade colonial vem a ser dada pelas imigrações do fim do século passado e do início deste, que se assemelham ao modelo de colonização de povoamento. O papel do imigrante não ibérico na revolução burguesa no Brasil, constituindo-se o "tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista"(sic), foi salientado por Florestan Fernandes (1981), por conseguir extrair, da mesma forma que o fazendeiro de café, o *ethos* burguês do cosmo patrimonialista.

As vertentes de formação histórico-social dadas pelos modelos de povoamento referidos ensejaram, grosso modo, a constituição de dois padrões culturais de comportamento que se expressam, basicamente, em dois tipos de atitude diante do processo de acumulação capitalista e diante do esforço de construção de uma sociedade mais aberta e menos desigual, nos moldes daquelas das social-democracias ocidentais. O **primeiro** deles é influenciado pela "civilização dos trópicos" e pela imigração ibero-mediterrânea e aponta, em termos de opções de atividades, na direção da grande monocultura e da pecuária extensiva, do absenteísmo em relação à propriedade rural, da apropriação da renda da terra sem o risco da produção agrícola, da valorização das

atividades rentistas, do comércio ambulante e trabalho avulso sem fixação, em suma, para a ética do ganho menos difícil, de horizonte temporal imediato e com o mínimo de riscos, e da rejeição do trabalho manual.

O **segundo** - sofrendo influência da ética protestante e dos valores não necessariamente religiosos presentes na sociedades de base camponesa européia e oriental, como aqueles enaltecidos por Alvisse Cornaro no norte da Itália no século XVII (Ramazzini, 1994) - aponta na direção da valorização do trabalho manual e da fixação no território. Esta vem sempre acompanhada de investimentos e diversificação de atividades ao nível do lote de terra original e ao nível dos povoados, constituindo a agricultura de base alimentar, um alicerce para surgimento e complexificação de outros misteres, sobretudo o artesanato e a pequena indústria de alimentos. Nesse padrão cultural de comportamento, valorizam-se as iniciativas comunitárias e o cooperativismo, a filantropia faz-se presente com mais freqüência, e o artesanato urbano tende a se transformar em empresa familiar evoluindo para a indústria, seguindo os passos daquilo que seria uma típica colônia de povoamento.

Essa tipologia simplificada de padrões culturais de comportamento sugeriria que somente o segundo é portador da propensão para constituição da sociedade civil, da democracia real e da genuína ideologia capitalista. De outro lado, não sendo o mesmo hegemônico, estabelece-se uma dualidade de influências que se exerce sobre os segmentos populacionais, a qual subverteria o “princípio da obrigação política”, internalizado pelas sociedades com coesão religiosa explicando por esta via, a tão propalada “falta de

vontade política” da sociedade brasileira para apoiar e promover as mudanças necessárias, endereçadas a um patamar mínimo de desenvolvimento material e cultural compatível com a dignidade humana. Este patamar é já atingido por outras sociedades que, embora não disponham de tantos recursos naturais e não tenham a capacidade empresarial e nem uma economia com o porte da brasileira, contam com uma identidade nacional que vai além das divergências ideológicas, partidárias e de opiniões, funcionando como um vínculo de cidadania, baseado em regras compartilhadas e em ligações comuns de história e de memória.

A incapacidade do segundo padrão tornar-se hegemônico, somada ao fato de ambos não terem sido superados por valores globalizantes decorrentes da internacionalização da economia, o que em absoluto não se exclui, poderia explicar a permanente tensão que resulta em periódicas sensações de instabilidade das instituições. Explicaria, também, a diversidade de condutas no âmbito da sociedade política e no meio empresarial que, sujeitos às influências dos dois tipos, exibem comportamentos que vão além dos alinhamentos formais, sejam de corporações, de partidos, etc.

Estranhamente, paradoxalmente pode-se dizer, no caso brasileiro, as características de pré-modernidade política e social convivem com uma economia dinâmica que se situa entre as dez primeiras do mundo em termos de parque industrial e produção agrícola, com uma capacidade empresarial nada desprezível e mesmo com outros indicadores de progresso tais como a socialização da informação, conquistas individuais, amplas liberdades políticas, liberdade sexual, movimentos ambientalistas e de minorias e desenvolvimento científico e cultural.

2. O BLOQUEIO CULTURAL COMO CAUSA NÃO SUBORDINADA DA DESIGUALDADE SOCIAL E REGIONAL NO BRASIL

Neste século, pode-se afirmar que a sociedade brasileira superou sérias restrições de ordem macro-estrutural que impediam a constituição de uma economia moderna e de porte, tais como: 1) insuficiência de indústrias de base, de infra-estrutura econômica e de mecanismos de financiamento do investimento produtivo; 2) subdimensionamento do mercado interno; 3) difícil acesso a informações e a tecnologias avançadas; 4) pauta de exportações pouco diversificada e baseada em produtos primários; 5) agricultura limitada a poucas lavouras e improdutivo e 6) setor de serviços, público inclusive, ineficiente e tecnologicamente atrasado. A persistência, por outro lado, de graves problemas - como concentração da terra e da renda, desigualdades sociais, doenças endêmicas, elevada taxa de analfabetismo, distribuição desbalanceada sobre o território da infra-estrutura, dos serviços e da produção industrial, taxa de urbanização desmesurada, etc. - em que pese venha retardando a generalização dos benefícios do crescimento econômico e a redução dos desequilíbrios regionais e setoriais, não dá conta de explicar a complexidade da atual sociedade brasileira com todos os seus contrastes, seu dinamismo e seu imobilismo, seu lado afluente e sua parte miserável.

O pressuposto desta análise seria, portanto, a existência de obstáculos ao nível da superestrutura - como todo um sistema de crenças e valores - que impedem a sociedade brasileira de encontrar os caminhos

para, com base nos recursos com que conta, tornar-se menos desigual e mais moderna, reproduzindo o percurso seguido por outros países que dispunham de menos possibilidades que o Brasil. Estes obstáculos, malgrado tenham pontos de contato e se rebatem com a infra-estrutura ou com a base material, pertencem ao nível da ideologia, mais precisamente aos sistemas de valores dominantes na sociedade, e vêm, progressivamente, comportando-se com autonomia em relação à esfera do econômico, a ela não se subordinando.

Trataria ainda esta análise de sugerir que a influência da formação histórica do Brasil na configuração dos padrões de comportamento cultural - tema que foi objeto de maior atenção em estudos realizados na primeira metade do século - tem sido, com exceção das abordagens psicológicas e antropológicas, negligenciada em estudos recentes ou é simplificadamente considerada como manifestação dos problemas estruturais, sem um estatuto de centralidade. Em que pese o menor interesse que o tema suscita ultimamente, a dualidade de padrões culturais estaria, ao nível macro, retardando o surgimento de uma identidade nacional como um fator indispensável à viabilização de políticas endereçadas às mudanças e, ao nível micro, bloqueando atitudes proativas de indivíduos e de grupos diante da comunidade, dos seus pares e da família, diante das mudanças ensejadas pelo progresso técnico e material e, finalmente, diante da organização da produção e do trabalho. Do outro modo, sugere-se que se deva realizar pesquisas como as que foram conduzidas por Robert Putnam na Itália, relacionando a cultura com as tradições de trabalho cívico e desempenho institucional.

Sem o recurso de ver o padrão de comportamento cultural como uma categoria complexa, historicamente determinada e com poder explicativo, torna-se difícil compreender o móvel de atitudes proativas ou resistentes em relação às mudanças. Entender essas atitudes como decorrentes simplesmente da existência ou não de oportunidade de educação formal e de ascensão social, seria uma extrema simplificação. No caso do Brasil, já se percebe uma tendência à cristalização de tipos de conduta - perfeitamente delimitáveis uns dos outros - com caráter de permanência e de transposição de uma geração para outra e independentes do grau de exclusão social. Segmentos da população com renda elevada, educação formal ou assistidos socialmente exibem, com freqüência, comportamentos muitas vezes mais disruptivos e desagregadores que outros que não tiveram acesso a serviços e à educação formal.

A abordagem estruturalista e marxista, predominante na literatura que trata da problemática do subdesenvolvimento do Brasil, tem subestimado a análise deste tema que aparece com mais freqüência em estudos histórico-sociológicos e em algumas pesquisas antropológicas, como as grandes contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, de Gilberto Freyre, de Dante Moreira Leite, de Roberto Damatta e outros. Esses estudos, entretanto, já não dão conta do país que emerge na década de setenta entre as dez maiores economias, e no qual, paradoxalmente, se acentua a presença de atitudes de absoluta resistência à evolução da sociedade. Essas atitudes permeiam todos os segmentos sociais e podem ser, por exemplo, tanto do tipo vandalismo, resistência a cooperar com projetos de melhoria da qualidade de vida, cumplicidade ou associação com

organizações criminosas, mais próprias das chamadas classes baixas, como, por exemplo, do tipo criminalidade de “colarinho branco”, sonegação de impostos, abuso de poder, tráfico de influência ou especulação financeira, mais próprias das classes altas e dos segmentos médios.

A chamada mobilidade horizontal, que no caso brasileiro assumiu características de uma urbanização forçada, nem sempre tem contribuído para a evolução social e, em muitos casos, exemplifica a ruptura de um padrão e a adoção de um outro. As populações rurais de pequenos produtores que, no seu meio original, por efeito das tradições e da religião, tinham muitas vezes uma conduta se não civilizada, pelo menos cordata - com manifestações de práticas solidárias, condução racional da produção agrícola e até manejo adequado dos recursos naturais - uma vez nas periferias da cidade, adotam padrões de comportamento anômalos, negando uma antiga cultura e adotando uma outra, não necessariamente afirmativa no sentido do processo civilizatório.

A coexistência espacial e temporal, nem sempre pacífica, dos dois padrões culturais de comportamento é a única maneira de explicar a descontinuidade de manifestações da cidadania e de formas de organização comunitária que se observa com freqüência em bairros populares e em núcleos de pequenos produtores rurais. Com entender, senão através dessa categoria, a expressiva heterogeneidade de atitudes tomadas por indivíduos que, pertencendo a um mesmo grupo social ou a uma mesma comunidade, se dividem em cooperantes e não cooperantes em relação à administração dos recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento cultural e mesmo

espiritual? Uma sensível variação em termos de conduta como agente produtivo e como cidadão, que vai de uma considerável racionalidade a uma atitude desperdiçadora e desagregadora, estaria a sugerir que não se pode falar, no caso do Brasil, de uma sociedade nacional com um mínimo de homogeneidade nem, muito menos, de um caráter nacional.

Os sistemas de valores e as atitudes variam tanto de região para região, e às vezes até dentro de uma mesma cidade, que é praticamente impossível conceber-se uma estratégia única de enfrentamento de problemas, sejam relacionados à necessidade de racionalizar os sistemas de produção ou à necessidade de intervir nos bolsões de miséria. Tanto no meio rural como no meio urbano, mas sobretudo nas favelas e bairros periféricos, onde se encontram grupos com diversas procedências e diferentes estágios de urbanização, a diversidade é tão grande que quase se forma um contínuo de situações que vão de atitudes extremamente dinâmicas e proativas no sentido do progresso material e cultural, até aquelas que se identificam com a criminalidade organizada, que já gerou, ela própria, um tipo de subcultura com regras e pactos que subvertem os princípios mais elementares de convivência.

Um exemplo eloqüente de fracasso de uma intervenção que se baseou em uma estratégia única, aplicada indistintamente junto às populações rurais - onde se encontram, com freqüência, os dois padrões culturais de comportamento - pode ser dado pela falência de um modelo único do serviço de extensão rural no Brasil, que se inspirava no norte-americano, voltado para o produtor tipo *farmer* ou colono. Nos estados onde ocorreu uma colonização com imigrantes e

onde por consequência, as atividades comunitárias e a produção familiar se afirmaram, o serviço de extensão rural cumpriu sua função. Onde predominava a produção familiar de subsistência, a *shift cultivation*, sem uma cultura camponesa e, em certos casos, com uma relação de funcionalidade com o latifúndio, o serviço de extensão converteu-se em um apêndice do sistema bancário, instrumento não do desenvolvimento de comunidades camponesas, mas sim do circuito de acumulação financeira. Como a deste caso, extremamente elucidativo, fracassarão outras intervenções do Estado, ou mesmo de entes da sociedade que, ao objetivarem mudanças, tenham como premissa uma abordagem única para todo o país.

A dificuldade da sociedade brasileira trilhar um caminho harmônico e equilibrado de evolução socioeconômica não pode ser explicada, unicamente, como uma limitação de suas elites. Não obstante sejam fatores de peso das vicissitudes do desenvolvimento socioeconômico, a incapacidade e a falta de vontade das elites não têm relação direta nem com a forma, nem com o grau e nem, muito menos, com a persistência da resistência às mudanças, manifestada por parte de vários segmentos urbanos e rurais, situados nos diferentes extratos da sociedade. Essa resistência assume ultimamente formas preocupantes, seja da parte dos agentes econômicos, através do descompromisso e da desobediência civil em relação a certas políticas de Estado, seja da parte de grupos sociais distribuídos nas camadas de média e baixa renda, através das depredações dos equipamentos comunitários e da barbárie generalizada como as práticas de extermínio de índios, matança de menores, "virtuais delinquentes",

justiçamento popular através de linchamento, “arrastões”, etc.

3. ELEMENTOS FORMATIVOS E CARACTERÍSTICAS DOS PADRÕES CULTURAIS DE COMPORTAMENTO

O primeiro padrão cultural de comportamento constitui-se a partir da sociedade que se forma durante a colonização portuguesa que organizou as atividades econômicas - dos tipos extrativo-vegetal, *plantation* de cana associada com o engenho de açúcar, extrativo-mineradora e latifúndio pecuarista - e a vida burocrática, civil e militar da colônia. Contribuíram para essa sociedade, os colonizadores portugueses, com um perfil já referido, as populações indígenas que se encontravam em um estágio de desenvolvimento correspondente ao neolítico - não conheciam os metais nem a linguagem escrita - e as populações africanas com níveis diferentes de desenvolvimento material e cultural, algumas com uma organização nômade e tribal, e outras que já se aproximavam de um sistema assemelhado ao feudalismo (Gorender, 1985).

A mentalidade que se tornou hegemônica, por ser a mais avançada e por força da dominação colonial, inspirava-se nos valores predominantes na Península Ibérica. Entre estes, estava o de considerar o trabalho manual apropriado aos grupos étnica e religiosamente inferiores como judeus e mouros, o que se estendeu para os índios e africanos. Para estes últimos, dado o estágio de civilização em que se encontravam, dinheiro e propriedade privada no sentido do direito romano, bem como economia de mercado, eram conceitos

absolutamente estranhos e desconhecidos. A mentalidade que emerge dessa sociedade vem enriquecer-se e consolidar-se séculos mais tarde, com as contribuições, em termos de tradições e valores, aportadas por grupos populacionais provenientes das nações mediterrâneas, sobretudo do mundo árabe, Espanha e Sul da Itália.

Desse amálgama de culturas, resultaram valores e condutas que têm relação direta com o papel exercido nos sistemas de produção e a posição na sociedade. Os descendentes do ceto senhorial, que não valoriza o trabalho manual e se habituara a uma vida cortesã, desenvolveram a propensão para se reproduzir socialmente através da grande propriedade rural, de atividades rentistas, do comércio nas suas várias formas e de atividades burocráticas e estáveis demonstrando, ainda, uma rejeição ao risco empresarial. A propensão para o comércio em suas distintas modalidades, nesse padrão, tem relação direta com a imigração ibero-mediterrânea e judaica.

Os descendentes dos escravos - o grupo populacional que foi submetido ao trabalho compulsório e que, depois da abolição, foi discriminado como força de trabalho para as atividades dinâmicas, compondo as levas de vadios que perambulavam pelos campos e cidades (Kowaric, 1987) - desenvolveram uma propensão para a sobrevivência através de serviços e expedientes, atividades que não exigem grande disciplina, continuidade e ocupação integral como era o trabalho escravo. Pelo seu passado e pela experiência pré e pós-abolição, manifestaram escassa ambição em termos de acumulação, o que se explica pela ausência de oportunidades e de significado em conceitos como a propriedade privada, o dinheiro e o mercado. Como o

trabalho manual para o escravo, africano ou índio, nunca representou possibilidade de ascensão ou de reconhecimento, desenvolveram seus descendentes, uma reação a ele, manifestada até na resistência passiva em forma da baixa produtividade quando são obrigados a exercê-lo por questão de sobrevivência. É necessário chamar a atenção para o fato de que essa reação não se verifica entre os descendentes de populações africanas com outra histórica, seja porque não viveram a escravidão, seja porque esta se dissolveu com a participação ativa de escravos em processo independentistas revolucionários ou guerra civil.

Neste **primeiro** padrão, desenvolveram-se a prática do descompromisso com a disciplina e com a racionalidade, a ética do ganho fácil, do protecionismo estatal sem limites, do direito a uma sinecura ou outras formas de segurança e de garantia, da esperteza e da malandragem. Os exemplos históricos de organização produtiva e social dados por africanos e índios, e que apontariam para outros valores, como os quilombos no Nordeste e as Missões no Rio Grande do Sul, foram numericamente inexpressivos, sem continuidade, não gerando tradição a ponto de induzi-los à ocupação de terras virgens, ao desbravamento que criasse um setor de agricultura familiar de porte, ainda que nos primórdios, baseado na subsistência. Uma grande aspiração dos indivíduos que incorporaram esse padrão cultural de comportamento é ingressar no serviço público, o que sugeriria estabilidade e aposentadoria precoce, muito embora signifique, também, escassa possibilidade de enriquecimento, a menos que se recorra aos vários tipos de corrupção.

O **segundo** padrão cultural de comportamento constitui-se a partir das contribuições dadas pelas culturas dos imigrantes procedentes principalmente do Norte e Centro da Europa, Norte da Itália e Japão. Devido à tradição ligada ao estilo de vida das sociedades camponesas, os descendentes desses grupos apresentam uma propensão para a agricultura de base familiar, para o artesanato em suas diversas formas, para a formação de cooperativas e outros tipos de organizações comunitárias, como círculos sociais, para a implantação de pequenas indústrias de base familiar, enfim, para assumir o risco capitalista e para valorizar o trabalho - inclusive o manual - a disciplina e o ambiente em que vivem. Nesse grupo, desenvolveu-se a ética da responsabilidade, do ascetismo, da frugalidade e da acumulação, que é própria das sociedades camponesas da Europa ocidental - principalmente as que foram influenciadas mais de perto pelo protestantismo calvinista - e do Japão, regidas pelo código moral shintoísta. A grande aspiração dos indivíduos influenciados por esse padrão cultural de comportamento é ter seu próprio negócio, mesmo que seja uma pequena empresa.

4. CONCLUSÕES

Em que pese os padrões culturais de comportamento estabelecerem-se claramente, a partir de valores trazidos pelos colonizadores portugueses e demais grupos populacionais de imigrantes, ou a partir de valores desenvolvidos com base em uma mescla da cultura original com uma outra adquirida no tipo de inserção nos sistemas produtivos e na sociedade, nada impede que

eles tenham-se enriquecido, adquirido novas características, ou mesmo se atualizado sem perder a essência. De outra parte, esses valores não devem ser vistos como elementos definitivos e últimos na determinação da conduta dos descendentes desse grupos, muito embora esteja mais do que provado que traços de personalidade, comportamento social e atitudes diante da vida têm uma origem remota, de grande poder explicativo.

O que também pode se dar - e que tem conexão com a ressalva anterior - é que, nos vários segmentos da população, existam núcleos, famílias e indivíduos cuja conduta - de acordo com um ou outro padrão - ocorra sem qualquer relação de descendência com os grupos originais conformadores. Em uma sociedade jovem como a brasileira, e com muitas oportunidades de mobilidade, é comum encontrarem-se exemplos de famílias e indivíduos que se dedicam a atividades diversas daquelas que fazem parte da tradição do tronco ancestral. Demais, com freqüência se observa que entre descendentes de portugueses, índios, africanos, árabes e outros grupos populacionais forjadores do primeiro padrão, se fazem presentes outras influências diferentes daquelas das raízes, gerando aspirações e condutas próprias do segundo padrão.

Fenômenos como a urbanização e a *mass media* exercem - sobretudo em um momento em que a internacionalização da economia pressiona, fortemente, no sentido de uma globalização de condutas -, inequivocamente, um grande poder de diluição dos padrões culturais de comportamento. Essa globalização, contudo, não tem sido capaz de dissolver atitudes já

cristalizadas e absolutamente díspares como as que se observam na sociedade brasileira.

Além das facilidades e oportunidades com que contam certos grupos e além da discriminação e exclusão impostas a outros pela coletividade e pelo Estado, algo mais deve explicar por que, em uma mesma sociedade, as pessoas se associam tendo como referências, valores tão diversos. Umas o fazem com base em pressupostos de civilidade e buscam elevada eficiência organizativo-empresarial para produzir e acumular, mas também servir - o caso de algumas das cooperativas do Paraná, por exemplo - e outras investem criatividade com objetivo de lesar a coisa pública e a comunidade - como a quadrilha de advogados e juizes da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, que durante anos fraudou o sistema de seguridade social.

Não se trata aqui de sugerir que grupos populacionais com esta ou aquela origem geográfica e cultural - já que falar em etnia seria, no mínimo, uma postura retrógrada, uma vez que recentes pesquisas de genética molecular provam a quase invariabilidade biológica entre as raças humanas - tenham ou não uma determinada propensão ou aptidão imanente. Fazer isto seria, uma vez que o racismo não tem base científica, procurar, de outra forma, pretextos discriminatórios. Trata-se, isso sim, de sugerir que experiências recuadas e tradições consideradas afirmativas e, conseqüentemente, cultivadas em grupos populacionais passam de geração a geração e podem vir a explicar comportamentos de descendentes séculos mais tarde.

ABSTRACT

This article is an attempt to analyse the origin of behavior patterns within a general framework of historical determination. A particular importance is given to the two ways of colonization that took place in Brazil, transferring human types, values and cultures in correspondence with different stages of economical, political and social evolution of the imigrant's lands. The role of the slavery in the configuration of the latter pattern was considered as relevant.

Key Words

Cultural Patterns of Behavior. Exploitation Colony. Settlement Colony. Historical Formation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. e BALIBAR, E. Legere il capital. Milano. Feltrineli, 1968.

BARBOSA, L. O jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N. et alii. Dizionario di politica. Torino: UTET, 1983.

CRISTOFFANNI, P. R. Absolutismo, oligarquia y capital extranjero: los obstaculos a la democracia y el desarrollo. El caso peruano con especial atención al período 1890-1930. In Tidsskrift for Latinamerikastudier, nº 1/1985.

- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FRANK, A. G. Capitalism and underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FREYRE, G. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.
- . A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- . História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1968.
- JENSEN, A. C. Religious movements and modern society. In: Tidsskrift for Latinamerikastudier, n^{os} 3-4/1987-88.
- KOWARICK, L. Trabalho vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- LEITE, D. L. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1983.
- MOORE, B. Jr. Social origins of dictatorship and democracy. London: Penguin Books, 1974.
- NORNER, M. Continuidad y cambio en la historia andina. In Tidsskril for Latinamerikastudier, nº 1/1985.
- OLIVEIRA VIANA, F. J. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952.
- PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ROUANET, S. P. As razões do iluminismo. São Paulo: Campanhia das Letras, 1987.
- SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- WEBER, M. L'ética protestante e lo spirito del capitalismo. Firenze: Sansoni, 1983.